

Por uma esquerda de ruptura



Por **CARLOS JOSÉ SALDANHA MACHADO & RODRIGO MACHADO VILANI***

A nova cultura política da esquerda de ruptura se alimenta tanto da prática concreta quanto da elaboração crítica, articulando teoria e experiência com radicalidade e criatividade. Sua vocação é antissistêmica: não busca humanizar o capitalismo, mas superá-lo

1.

A nova cultura política da esquerda de ruptura emerge como uma resposta insurgente à falência histórica da social-democracia e à rendição programática das esquerdas institucionais ao neoliberalismo. Trata-se de uma forma de fazer política que rompe com os cálculos eleitorais convencionais, com os pactos oligárquicos e com a gestão tecnocrática da miséria.

Em lugar disso, propõe-se a refundar o horizonte emancipador em bases ecossocialistas, feministas, decoloniais e profundamente democráticas, orientadas por um compromisso inegociável com os bens comuns e a justiça social radical. Essa cultura política insurgente rejeita os paradigmas do crescimento ilimitado, da financeirização da vida e da mercantilização das relações sociais, propondo, em contrapartida, uma socialização radical do poder, baseada em uma democracia material enraizada nos territórios, nas culturas indígenas, quilombolas, campesinas e tradicionais, e nos saberes insurgentes dos povos oprimidos, capazes de reverter os ciclos de exclusão e violência estrutural que atravessam a modernidade capitalista.

Esse projeto insurgente não só questiona as estruturas econômicas, como também reconfigura profundamente os fundamentos epistemológicos da política contemporânea. Propõe uma ruptura com a racionalidade neoliberal que naturaliza a desigualdade e transforma direitos em mercadoria.

Tal projeto não é meramente uma elaboração teórica ou um desejo abstrato. Ele ganha forma na resistência cotidiana de movimentos e coletivos que desafiam a ordem vigente, por meio da construção de redes de solidariedade, economia popular, agroecologia, comunicação independente e formação política autônoma. São esses espaços e práticas que alimentam a renovação da esquerda, dando-lhe corpo e vida em meio a um cenário de crise sistêmica global.

Nessa perspectiva, a nova cultura política da esquerda de ruptura se alimenta tanto da prática concreta quanto da elaboração crítica, articulando teoria e experiência com radicalidade e criatividade. Sua vocação é antissistêmica: não busca humanizar o capitalismo, mas superá-lo. E, para tanto, desloca o centro de gravidade da política institucional para a potência das ruas, das assembleias populares, das escolas livres e das formas coletivas de produção do comum, construindo alternativas reais a partir dos territórios e das subjetividades que resistem e inventam novos modos de vida.

Além disso, reafirma-se a necessidade de uma síntese entre luta simbólica e ação material: não basta contestar narrativas

dominantes, é preciso também disputar os meios de infraestrutura popular - desde a saúde comunitária até a cultura periférica - como bases concretas de autonomia.

2.

Essa nova cultura em processo de realização também se constitui como um pacto epistemológico insurgente, que recusa a hegemonia da racionalidade instrumental e tecnocrática dominante nas democracias liberais. Ao contrário, ela se ancora na inteligência coletiva dos povos, nos saberes ancestrais, na experiência histórica das resistências, nos feminismos populares, nas cosmologias originárias, nas teologias da libertação e nas epistemologias do sul.

Esse movimento epistêmico-político reabilita a centralidade da utopia como instrumento de análise crítica do presente e como horizonte organizador de uma outra sociedade possível. Nessa perspectiva, a esquerda de ruptura não teme ser acusada de idealista ou sonhadora: ela reivindica o direito de imaginar o futuro a partir de outras lógicas, outras linguagens e outros corpos. Ela se opõe, portanto, à tirania do tempo linear e da monocultura perpetuada pelas narrativas neoliberais do fim da história, repondo a esperança e a potência criativa da multiculturalidade e da ancestralidade como forças motrizes da transformação social.

Também se destaca o caráter interseccional dessa cultura política: reconhecer que opressões se cruzam exige combinar lutas antirracistas, descoloniais, de gênero, de classe e ambientais, articulando estratégias unificadas e respeitando especificidades.

No plano internacional, observa-se uma reconfiguração das esquerdas que abraçam esse horizonte de ruptura. No Chile, a irrupção das lutas estudantis e feministas abriu caminho para o surgimento de novas lideranças e coalizões de esquerda que desafiaram a herança neoliberal da Constituição pinochetista, impulsionando uma agenda que tensiona o modelo econômico e político vigente.

Na Colômbia, a eleição de Gustavo Petro e Francia Márquez representou um marco histórico: um governo que coloca os direitos socioambientais, a transição energética justa e a paz territorial no centro da agenda, rompendo com anos de conflito armado e desigualdade extrema. Na Argentina, mesmo sob pressão do FMI, o feminismo popular e os movimentos sociais organizados continuam tensionando o campo institucional com pautas antineoliberais e antipatriarcais, demonstrando que a resistência não se dá apenas fora das estruturas, mas também em sua contestação interna.

Esses exemplos revelam que a esquerda de ruptura não é uma abstração teórica, mas uma prática política em construção, com diferenças locais, mas com um campo de referência comum, capaz de articular lutas diversas em torno de princípios compartilhados.

Essa vocação de articulação internacional não se limita à solidariedade retórica, mas busca construir redes transnacionais de apoio mútuo, intercâmbio de estratégias e convergências programáticas, visando fortalecer a resiliência das lutas frente a uma ordem global neoliberal comum.

Nesse contexto internacional, destaca-se o papel da França Insubmissa (*La France Insoumise*), liderada por Jean-Luc Mélenchon, como o maior movimento político de esquerda de ruptura do mundo contemporâneo. Seu programa, *L'Avenir en commun*, é um manifesto abrangente que propõe a construção de uma VIª República fundada na soberania popular, na justiça social, na ecologia integral e na democracia radical.

A França Insubmissa propõe romper com o presidencialismo autoritário vigente, estabelecendo uma nova ordem institucional baseada na deliberação cidadã, no controle social e na participação direta dos movimentos populares. Sua visão de mundo é profundamente anticapitalista, ecossocialista, antirracista e internacionalista, posicionando-se contra a

lógica da União Europeia neoliberal, contra o imperialismo e contra as guerras, reafirmando o compromisso com a solidariedade entre os povos e a justiça global.

O movimento francês também chama atenção pela sua pedagogia política: promove formações populares, escolas de militância, consultas públicas e plataformas digitais de deliberação como práticas democráticas vivas, combinando massificação e aprofundamento teórico.

O programa da França Insubmissa é também um exercício notável de tradução das lutas populares em diretrizes políticas concretas. Entre suas propostas estão a planificação ecológica da economia, a renovação democrática por meio de assembleias cidadãs, a renacionalização de setores estratégicos, a garantia de moradia e transporte acessível, e a proteção dos ecossistemas como prioridade de Estado.

O movimento atua também como um catalisador de convergências com os sindicatos, os coletivos antirracistas, os ecologistas radicais e os defensores dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. Sua ênfase na democracia participativa se materializa em práticas de consulta popular, assembleias deliberativas e ferramentas digitais abertas à sociedade civil organizada, construindo pontes entre as diversas formas de organização social.

3.

Essa combinação de estratégia institucional e mobilização social contínua desafia a dicotomia entre “política de dentro” e “política de fora”, propondo uma simbiose produtiva que articula rupturas institucionais com luta social permanente.

Em contextos marcados pela ascensão da extrema-direita e pela crise das democracias liberais, a França Insubmissa propõe uma estratégia de ruptura institucional baseada na força das urnas, mas também na mobilização popular permanente. Seus resultados eleitorais expressivos, especialmente nas eleições presidenciais de 2017 e 2022, mostram que há um campo aberto para propostas transformadoras que escapam ao marketing eleitoral tradicional e à política do consenso acomodado.

A França Insubmissa reconfigura a relação entre liderança e base militante, promovendo uma forma de organização em rede, horizontal e enraizada nos territórios. Sua experiência ilumina caminhos para outras esquerdas que buscam articular radicalidade e viabilidade, sonho e programa, rebeldia e instituição, constituindo-se em uma escola de política revolucionária contemporânea.

A atuação da França Insubmissa mostra que é possível disputar o Estado sem se capturar por ele, e que a esquerda de ruptura pode, sim, construir hegemonia social a partir de um projeto coerente, mobilizador e fundamentado em princípios éticos. Em vez de reproduzir os velhos cálculos de centro-esquerda, o movimento assume a urgência de transformar estruturalmente o modo de produção, a propriedade, os serviços públicos e as relações internacionais, tendo como horizonte a dignidade humana e o equilíbrio ecológico do planeta.

Esse exemplo evidencia que uma nova cultura política não apenas é necessária, mas é viável, desejável e já está em marcha, abrindo um caminho concreto para além das derrotas do passado recente.

Vale sublinhar o aspecto simbólico do programa: ao colocar em debate a regeneração da vida comum – mediante moradia digna, renda básica universal e ecologia social –, a esquerda de ruptura torna visível outra lógica possível, reconectando a sensibilidade política com o imaginário coletivo.

4.

a terra é redonda

No Brasil, essa cultura de ruptura também se manifesta em diversos territórios, ainda que frequentemente invisibilizada pela mídia hegemônica e pela própria institucionalidade. As experiências das cozinhas solidárias do MTST, das escolas populares organizadas por coletivos negros, dos assentamentos agroecológicos do MST, das diversas estratégias de resistência e re-existência dos povos indígenas, como o Aldear a Política, dos movimentos de cultura periférica e dos coletivos de comunicação alternativa são expressões de uma prática política que reconfigura os sentidos da militância e da construção do comum.

Porém, a ascensão da extrema direita no país, que espelha uma tendência global e regional, tem imposto desafios formidáveis a essa cultura política insurgente. Conforme destacado pela Rádio USP em sua análise sobre a crise da democracia mundial, o crescimento de forças autoritárias e antidemocráticas reflete a falência dos modelos liberais tradicionais, provocando uma erosão das instituições e um ataque sistemático às garantias sociais e ambientais.

No Brasil, esse fenômeno se manifesta na consolidação de um Congresso Nacional dominado por setores conservadores e de extrema-direita, que avançam com pautas de retrocesso social, desmonte ambiental, ataque aos direitos territoriais indígenas e negação dos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que promovem o avanço do enriquecimento do capitalismo financeiro, com bancos e fundos de investimento transnacionais sequestrando mais de 60 % do Orçamento da União.

Entre os desafios centrais, destaca-se a necessidade de articular as experiências populares dispersas em uma tessitura comum que amplifique suas potências: cooperativas urbana e rural, redes de crédito solidário, comunicação comunitária conectada a lutas regionais, produção cultural insurgente.

Esses grupos extremistas atuam de forma subserviente a interesses transnacionais que desprezam a soberania nacional, conforme observou o presidente Lula ao criticar a extrema-direita da América Latina como um projeto político anti-soberania nacional e alinhado a potências estrangeiras que impulsionaram a globalização neoliberal.

A extrema direita brasileira tem, portanto, um papel crucial na implementação de políticas que promovem o desmantelamento dos direitos trabalhistas, o enfraquecimento dos sistemas públicos e o estímulo à exploração predatória do meio ambiente, ignorando os alertas científicos sobre a crise climática e a urgência da transição ecológica justa.

Esse cenário se agrava com a desmobilização dos partidos progressistas tradicionais, que, ao priorizarem estratégias eleitorais e negociações institucionais, deixaram de mobilizar as ruas para resistir efetivamente a esse avanço antissocial, antiecológico e antidemocracia.

Para superar essa retração da esquerda tradicional, propõe-se uma renovação organizativa estratégica: assembleias populares permanentes, comunas urbanas, conselhos locais de política pública e redes de formação política descentralizadas que empoderem os sujeitos de base.

Exemplos concretos dessa ofensiva podem ser vistos nas sucessivas tentativas, muitas bem-sucedidas, de flexibilização das leis trabalhistas, nos cortes de verbas para políticas públicas de educação, saúde, proteção ambiental e ciência e tecnologia, e na aprovação de projetos que facilitam o desmatamento e a mineração em terras indígenas e áreas protegidas.

A falta de resposta contundente nas ruas fortalece a narrativa da extrema direita, que explora o medo e a polarização para consolidar seu poder e impedir qualquer agenda progressista consistente. Assim, a ausência de mobilização popular autônoma cria um vácuo que dificulta a construção de alianças sociais amplas capazes de enfrentar esse retrocesso, tornando ainda mais urgente o papel das novas lideranças e coletivos que insistem em tensionar o sistema desde as bases populares, renovando a prática política com criatividade e radicalidade.

Dessa forma, a cultura política da esquerda de ruptura no Brasil se apresenta como um campo dinâmico e contraditório,

a terra é redonda

desafiado pela força conservadora, mas também animado por potencialidades inovadoras. Ela não pode mais se limitar a disputas eleitorais restritas ou à mera presença institucional; é necessária a reativação das ruas, a ampliação dos processos de formação política popular e a construção de solidariedades que resistam às pressões de uma extrema direita que não apenas ameaça direitos, mas a própria democracia e a vida no planeta. A extrema direita é a expressão encarnada da maldade prática – a manifestação política do que a humanidade tem de mais destrutivo.

A tarefa de reconstrução da cultura política insurgente requer uma pedagogia coletiva permanente: organizações populares devem investir em debates públicos, cine-debates, oficinas de crítica cultural e economia solidária, para formar sujeitos capazes de pensar estrategicamente e agir coletivamente.

Essa nova cultura política não pretende substituir as formas institucionais da democracia, mas reinventá-las. Ela propõe um modelo de democracia ampliada, radical e cotidiana, na qual a participação política não se limita ao voto, mas se expressa em todas as dimensões da vida: no trabalho, na moradia, na educação, na arte, na espiritualidade e na relação com a natureza.

A esquerda de ruptura, ao contrário da esquerda de gestão, reconhece que não há como promover justiça social sem confrontar diretamente os mecanismos de expropriação, exclusão e violência estruturais do capitalismo. Seu desafio é construir uma nova hegemonia, não pela imposição, mas pela convocação afetiva, simbólica e organizativa de amplas camadas da sociedade para um projeto de bem viver coletivo. Essa tarefa exige coragem, criatividade e fidelidade às lutas que moldam o presente, numa conjunção entre ação política e transformação cultural profunda.

Constitui-se, portanto, uma nova cultura política que não apenas contesta o neoliberalismo, mas o enfrenta em todas as suas frentes: econômica, cultural, socioambiental, epistemológica e civilizatória. Uma cultura que rompe com os velhos pactos de governabilidade conservadora e propõe a constituição de novos sentidos comuns baseados na solidariedade, na reciprocidade e na defesa incondicional da vida.

Funda-se e renova-se a partir da sinergia entre pautas anticolonialista, antirracista e ambientalista. Trata-se de uma proposta que desafia as estruturas, mas também as subjetividades, convocando uma revolução que é, ao mesmo tempo, interna e coletiva, radical e amorosa, urgente e duradoura.

A esquerda de ruptura, ao abraçar essa cultura, se posiciona como herdeira das lutas do passado, protagonista das resistências do presente e fiadora de um futuro que se constrói com os pés no chão e os olhos voltados para um horizonte de justiça, liberdade e dignidade para todos os seres vivos.

***Carlos José Saldanha Machado** é pesquisador em saúde pública da Fiocruz, doutor em Antropologia Social pela Universidade Paris V Sorbonne.

***Rodrigo Machado Vilani** é professor de Ecoturismo e conservação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).